

# **Super Bac - Proteção Ambiental S.A. e Controladas**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Super Bac - Proteção Ambiental S.A.

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Super Bac - Proteção Ambiental S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Super Bac - Proteção Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

Conforme a legislação brasileira vigente, os impostos e as contribuições de natureza fiscal e previdenciária estão sujeitos a fiscalizações pelas autoridades tributárias, compreendendo os últimos cinco anos. Devido ao fato de não termos obtido evidências e demais análises relacionadas a esses temas, não nos foi possível concluir quanto à existência ou não de eventuais obrigações de natureza fiscal ou outras obrigações de natureza previdenciária que deveriam estar refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento, avaliado pelo custo, na Theriot Capital Group Inc. ("Theriot"), cuja participação societária é de 55%, na Bio Green Planet Inc. ("Bio Green"), cuja participação societária é de 27,36%, e na PP-KPL Adm. De Bens Próprio SPE ("PP-KPL"), cuja participação societária é de 50%, nos montantes de R\$2.248 mil, R\$3.828 mil e R\$2.908 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. As demonstrações financeiras da Theriot, da Bio Green e da PP-KPL não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes; dessa forma, não fomos capazes de quantificar o valor desses investimentos, tampouco os valores que deveriam ser registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Consequentemente, não opinamos sobre o saldo desses investimentos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um montante de R\$5.171 mil referente a ajuste de exercícios anteriores relacionados a investimentos, conforme nota explicativa nº 10. Devido a Companhia não ter apresentado evidências que suportassem tal ajuste, não nos foi possível concluir quanto a razoabilidade de tal ajuste e seus possíveis impactos nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## **Ênfase**

A Companhia e suas controladas realizam volume significativo de transações com partes relacionadas. A nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras contém informações sobre essas transações, seus impactos no resultado e os ativos e passivos correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Hudson Souza Martins  
Contador  
CRC nº 1 SP 280390/O

SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	951	153	16.348	2.091	Empréstimos e financiamentos	17	742	210	185.816	68.140
Aplicações financeiras	7	466	70.392	65.596	96.642	Cessão de fornecedores		-	-	10.046	-
Contas a receber	8	1.560	1.775	152.073	180.403	Fornecedores	16	3.848	1.337	46.409	31.197
Contas a receber de partes relacionadas	9	41.858	10.668	16.243	16.600	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.871	3.268	7.152	8.469
Estoques	11	3.797	1.768	34.852	32.129	Obrigações tributárias	18	3.217	1.188	5.295	8.815
Impostos a recuperar	12	4.778	3.024	24.307	5.629	Adiantamento de clientes	19	-	-	12.159	9.132
Outros ativos		<u>1.689</u>	<u>2.742</u>	<u>16.513</u>	<u>3.254</u>	Provisão para comissões a pagar		-	-	5.981	4.085
		<u>55.098</u>	<u>90.522</u>	<u>325.932</u>	<u>336.748</u>	Dividendos a pagar	9	-	-	1.497	1.497
Ativo mantido para venda	13	-	-	<u>1.976</u>	<u>1.889</u>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	-	2.061	-	2.061
Total do ativo circulante		<u>55.098</u>	<u>90.522</u>	<u>327.908</u>	<u>338.637</u>	Outras contas a pagar		<u>2.053</u>	<u>2.830</u>	<u>11.461</u>	<u>3.942</u>
						Total do passivo circulante		<u>13.731</u>	<u>10.894</u>	<u>285.816</u>	<u>137.338</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras		-	-	-	5.637	Empréstimos e financiamentos	17	-	111	28.789	73.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	25.065	4.832	Contas a pagar a partes relacionadas	9	<u>23.366</u>	<u>23.534</u>	<u>22.047</u>	<u>22.047</u>
Créditos com partes relacionadas	9	83.272	66.365	59.963	46.314	Total do passivo não circulante		<u>23.366</u>	<u>23.645</u>	<u>50.836</u>	<u>95.571</u>
Investimentos	10	111.013	141.985	8.984	8.984	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Imobilizado	14	5.093	3.319	109.926	73.426	Capital social	20	259.617	259.617	259.617	259.617
Intangível	15	<u>4.265</u>	<u>4.153</u>	<u>56.962</u>	<u>60.624</u>	Ações em tesouraria		(5.356)	(10.114)	(5.356)	(10.114)
Total do ativo não circulante		203.643	215.822	260.900	199.817	Reserva de capital		93.662	93.662	93.662	93.662
						Reserva de retenção de lucros		<u>(126.279)</u>	<u>(71.360)</u>	<u>(126.279)</u>	<u>(71.360)</u>
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		221.644	271.805	221.644	271.805
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	30.512	33.740
						Total do patrimônio líquido		221.644	271.805	252.156	305.545
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>258.741</u>	<u>306.344</u>	<u>588.808</u>	<u>538.454</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>258.741</u>	<u>306.344</u>	<u>588.808</u>	<u>538.454</u>

SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	22.205	15.436	348.415	259.553
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	22	(8.101)	(4.818)	(247.814)	(142.871)
LUCRO BRUTO		<u>14.104</u>	<u>10.618</u>	<u>100.601</u>	<u>116.682</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	22	(4.018)	(2.560)	(70.965)	(30.844)
Gerais e administrativas	22	(37.294)	(25.538)	(83.388)	(46.117)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(24.967)	25.295	-	-
Outras receitas, líquidas	22	<u>1.210</u>	<u>243</u>	<u>1.875</u>	<u>27</u>
		<u>(65.068)</u>	<u>(2.560)</u>	<u>(152.478)</u>	<u>(76.934)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(50.964)</u>	<u>8.058</u>	<u>(51.877)</u>	<u>39.748</u>
RESULTADO FINANCEIRO	23	65	13.586	(24.514)	3.108
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>	<u>(76.391)</u>	<u>42.856</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes		-	-	(2.402)	(17.053)
Diferidos		-	-	<u>20.233</u>	<u>2.483</u>
	25	-	-	17.831	(14.570)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>	<u>(58.560)</u>	<u>28.286</u>
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas não controladores		-	-	(7.661)	6.642
Acionistas controladores		-	-	<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>
		<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>	<u>(58.560)</u>	<u>28.286</u>
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) EM R\$	26	(1,25)	0,53	(1,44)	0,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(50.899)	21.644	(58.560)	28.286
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>	<u>(58.560)</u>	<u>28.286</u>
ATRIBUÍVEL A				
Acionistas não controladores	-	-	(7.661)	6.642
Acionistas controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>
	<u>(50.899)</u>	<u>21.644</u>	<u>(58.560)</u>	<u>28.286</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Ações em tesouraria	Reserva de capital Reserva de ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	259.617	-	-	93.662	(83.295)	269.984	52.204	322.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.644	21.644	6.642	28.286
Transações entre acionistas (nota explicativa nº 1)	-	-	-	-	(9.709)	(9.709)	(25.106)	(34.815)
Ações em tesouraria adquiridas (nota explicativa nº 20)	-	-	(10.114)	-	-	(10.114)	-	(10.114)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	259.617	-	(10.114)	93.662	(71.360)	271.805	33.740	305.545
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(50.899)	(50.899)	(7.661)	(58.560)
Absorção de opção de ações	-	-	4.758	-	(4.758)	-	-	-
Ajuste exercício anterior	-	-	-	-	737	737	4.434	5.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	<u>259.617</u>	<u>-</u>	<u>(5.356)</u>	<u>93.662</u>	<u>(126.279)</u>	<u>221.644</u>	<u>30.512</u>	<u>252.156</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(50.899)	21.644	(76.391)	42.856
Ajustado por:					
Depreciação e amortização		1.601	1.228	5.297	2.995
Baixa de ativo imobilizado		738	55	15.914	88
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa		32	-	50.894	1.746
Rendimentos de aplicação financeira	23	(1.350)	(15.443)	(4.359)	(20.576)
Ajuste a valor presente		-	-	140	2.047
Provisão para comissões a pagar		-	-	7.547	8.604
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	32	-	23.738	14.057
Resultado de equivalência patrimonial	10	24.967	(25.295)	-	-
Imposto e contribuição social corrente e diferido	23	-	-	-	-
Outros		6.743	6	2.768	(94)
		<u>(18.136)</u>	<u>(17.805)</u>	<u>25.548</u>	<u>51.723</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>					
Contas a receber de clientes	8	183	(1.154)	(22.704)	(138.526)
Contas a receber de partes relacionadas	9	(48.097)	(9.961)	(13.292)	18
Estoques	11	(2.029)	(1.001)	(2.723)	(9.249)
Impostos a recuperar		(1.754)	-	(18.678)	127
Adiantamentos a fornecedores e outros		-	(2.692)	-	(1.920)
Outros ativos		1.053	(1.890)	(13.346)	(3.141)
<b>Redução (aumento) nos passivos:</b>					
Fornecedores		2.511	953	25.258	12.343
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		603	617	(1.317)	4.626
Obrigações tributárias		2.029	887	9.498	(4.999)
Adiantamentos a clientes		-	-	3.027	-
Contas a pagar a partes relacionadas	9	(2.229)	(15.902)	(2.061)	(19.119)
Comissões a pagar		-	-	(5.651)	(7.716)
Dividendos a pagar		-	-	-	1.497
Outros passivos		(777)	2.029	7.519	(6.434)
		<u>(48.507)</u>	<u>(28.114)</u>	<u>(34.469)</u>	<u>(172.493)</u>
Caixa gerado pelas operações		<u>(66.643)</u>	<u>(45.919)</u>	<u>(8.921)</u>	<u>(120.770)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(13.018)	(9.133)
Dividendos recebidos	10	-	4.880	-	-
Juros sobre financiamentos pagos	17	-	(94)	(19.455)	(16.440)
		<u>(66.643)</u>	<u>(41.133)</u>	<u>(41.394)</u>	<u>(146.343)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aquisição de ativos imobilizados e Intangível		(4.225)	(6.230)	(54.049)	(27.752)
Aquisições de participação societária		-	(7.408)	-	(7.408)
Aplicações financeiras	7	<u>71.276</u>	<u>(54.949)</u>	<u>41.042</u>	<u>(50.332)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>67.052</u>	<u>(68.587)</u>	<u>(13.007)</u>	<u>(85.492)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Recompra de ações	20	-	(10.114)	-	(10.114)
Transação com partes relacionadas, líquido	9	-	(65.046)	-	(39.810)
Captação de empréstimos e financiamentos	17	540	-	196.241	116.601
Pagamento de empréstimos e financiamentos	17	(151)	-	(127.583)	(63.488)
Pagamento de dividendos		-	-	-	(2.223)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>389</u>	<u>(75.160)</u>	<u>68.658</u>	<u>966</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>798</u>	<u>(184.880)</u>	<u>14.257</u>	<u>(230.869)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		153	185.033	2.091	232.960
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		951	153	16.348	2.091
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>798</u>	<u>(184.880)</u>	<u>14.257</u>	<u>(230.869)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## SUPER BAC - PROTEÇÃO AMBIENTAL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Super Bac - Proteção Ambiental S.A. ("Companhia" ou "Super Bac") é uma sociedade por ações de capital fechado, fundada em 1995, com sede na Rua Santa Monica, 1025, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, e, com suas controladas diretas e indiretas ("Consolidado"), tem por objeto social preponderante a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou cotista. As informações sobre os acionistas da Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

A Companhia dispõe de unidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, para o processo produtivo dos segmentos de agricultura, saneamento, óleo e gás e bens de consumo.

A Super Bac opera no mercado brasileiro de biotecnologia com mais de 20 anos acumulados de experiência neste segmento e utiliza somente microrganismos de origem natural, não patogênicos, não oportunistas e não geneticamente modificados.

A Companhia possui investimentos em controlada e coligadas, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.

Durante o exercício de 2018 ocorreram alterações na estrutura societária da Companhia conforme apresentado a seguir:

- Em abril de 2018 a Bio Tec Participações S.A. transferiu a título de dação em pagamento 64.207 ações ordinárias nominativas da Super Bac para a Bio Serviços S.A.
- Em maio de 2018 a Bio Serviços S.A. transferiu 64.207 ações ordinárias nominativas da Super Bac para Francisco Gonçalves Gomes.
- Durante o ano de 2018, Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho e Fabrício Gonçalves Drumond exerceram suas opções de compra de ações, ambas emitidas e aprovadas no conselho de administração em abril do mesmo ano, adquirindo da tesouraria da Companhia 164.764 e 267.740 ações ordinárias nominativas, respectivamente, representando 0,04% e 0,07% do capital social da Super Bac. Ainda em novembro de 2018 Fabrício Gonçalves Drumond adquiriu 64.207 ações ordinárias nominativas da Companhia do acionista Francisco Gonçalves Gomes.

#### 2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia optou por não divulgar a demonstração do valor adicionado, opção facultada pela Resolução CFC nº 1.162/09.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

## 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

## 2.3. Critérios de consolidação

### 2.3.1. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

#### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

#### 2.3.2. Participação de acionistas não-controladores

Mudanças na participação da controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

#### 2.3.3. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### 2.3.4. Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

#### 2.3.5. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo). Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

#### 2.3.6. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações desta natureza, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

	Participação		Tipo de Controle
	2018	2017	
<u>Controladas e coligadas</u>			
Bio Green Planet Inc. (a)	27,36	27,36	Sem controle
PP-KPL Adm. De Bens Próprio SPE (b)	50,00	50,00	Sem controle
Theriot Capital Group Inc. (b)	55,00	55,00	Sem controle
Minorgan Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. (c)	76,52	76,52	Direto

- (a) A atividade principal consiste em pesquisa e desenvolvimento e produção de produtos biológicos para aprimoramento da produtividade agrícola. A empresa foi constituída nos Estados Unidos e opera na cidade de Wisconsin.
- (b) A atividade principal consiste em fabricação de produtos agrobiológicos. A empresa foi constituída no Panamá e opera na cidade de Panamá.
- (c) A atividade principal consiste em fabricação de adubos e fertilizantes. A empresa foi constituída no Brasil e opera na cidade de Mandaguari.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são como segue:

#### 3.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), de acordo com as normas descritas no pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas na moeda funcional da Companhia.

#### 3.2. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas decorrentes do impacto da variação da taxa de câmbio sobre ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

#### 3.3. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

#### 3.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado.

### 3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor de custo auferido até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado nem de realização.

### 3.6. Aplicações financeiras

Consiste em aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, Compromissadas, Fundos de Investimentos e Letra Financeira (Títulos Privado). Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

### 3.7. Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos do ajuste a valor presente, calculado com base em taxas estipuladas pela Administração, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a performances históricas dos clientes (perda esperada). Ainda, a Companhia optou por segregar o componente financeiro do componente de risco de crédito quando na alocação do respectivo ajuste a valor presente entre receita financeira e despesas operacionais, respectivamente.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

### 3.8. Estoques

Os saldos de estoques são substancialmente formados por matérias-primas, produtos semi-acabados, produtos acabados e material para embalagem. Sendo registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando esse for menor que o custo. O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. O custo de produção reflete o método de absorção total de custo industriais.

### 3.9. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 14, que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

### 3.10. Intangível

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente.

### 3.11. Outros ativos

Demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidos até o encerramento do exercício e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

### 3.12. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis ("Impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar a recuperação de seus valores em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou Companhia de ativos não poderá ser recuperado ("impairment").

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que o valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo naquela data.

### 3.13. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

### 3.14. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos valores requeridos para liquidar as obrigações na data de encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos às obrigações. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar as obrigações, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 3.15. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A Companhia, e sua controlada direta, estão enquadradas na forma de tributação de lucro real anual, com recolhimento mensal por estimativa e no final do exercício realiza o ajuste anual.

A tributação na forma de lucro real anual compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, as inclusões no lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### 3.16. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a empresa transfere o controle de um produto para o cliente.

A receita compreende o valor justo da contrapartida recebida ou a receber, de produtos vendidos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e/ou outras deduções similares.

#### Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap".

#### 4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

##### 4.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide nota explicativa nº 3.14), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

###### a) Reconhecimento da receita

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos descrito no CPC 47/IFRS 15 e, em particular, se a Companhia havia transferido para o comprador os principais riscos, benefícios e controles da propriedade dos produtos.

##### 4.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

###### a) Vida útil de ativos imobilizados

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada conforme nota explicativa nº 14.

###### b) Provisão para riscos e processos judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

## 5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

### Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo e 31 de dezembro de 2018

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 03 (IAS 7)	Iniciativa de divulgação, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Alterações ao CPC 32 (IAS 12)	Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas a realizar, a aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia já avalia a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.
Alterações ao CPC 45 (IFRS 12)	Incluídas nas melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2014-2016.
ICPC 21/ IFRIC 22	Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento.

### Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente.

#### CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de redução ao valor recuperável e novas regras para contabilização de "hedge accounting".

A nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39).

A Companhia aplicou os conceitos estabelecidos no CPC 48/IFRS 9; não foram identificados impactos significativos em relação aos atuais padrões abordados segundo o CPC 48/IFRS 9.

#### CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

A Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi rerepresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30/IAS 18, CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas.

Como resultado da implementação do CPC 47/IFRS 15, a Companhia reavaliou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho e concluiu que o CPC 47/IFRS 15 não trouxe impactos significativos, na qual as receitas de vendas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida/a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos sobre vendas.

As receitas de vendas são reconhecidas quando for satisfeita a obrigação de desempenho, ou seja, quando houver a transferência física do produto prometido e o cliente obtiver o controle desse produto.

Portanto a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em relação aos padrões atuais de receita (CPC 30/IAS 18) em relação ao reconhecimento das receitas de vendas de produtos.

#### Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Com relação às "International Financial Reporting Standards - IFRS" novas e revisadas, já emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", porém para as quais o CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, a Companhia ainda avalia os impactos, estando um sumário das principais modificações de normas/pronunciamentos apresentado a seguir:

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamento Mercantil	Define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de "leases" (arrendamentos). A IFRS 16 substitui a IAS 17 - "Leases" e interpretações relacionadas.	A partir de 1º de janeiro de 2019.

#### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	3	3	4	3
Banco conta movimento	948	150	16.345	2.088
	<u>951</u>	<u>153</u>	<u>16.348</u>	<u>2.091</u>

#### 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão representadas por recursos aplicados em ativos de renda fixa de baixo risco com remuneração entre 95% e 105% em 2018 (95% e 105% em 2017) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo estar sujeitos a de mudança de valor, conforme tipo de ativo, e com possibilidade de resgate imediato.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	421	67.082	8.460	85.432
Fundos de investimento (b)	45	3.310	51.001	10.491
Letra Financeira (c)	-	-	5.999	6.229
Outros	-	-	136	127
	<u>466</u>	<u>70.392</u>	<u>65.596</u>	<u>102.279</u>
Circulante	466	70.392	65.596	96.642
Não circulante	-	-	-	5.637

- (a) As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras e mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. São mantidas em carteira de investimento, certificado de depósito bancário - CDB, com rentabilidade de juros indexados no CDI e em 2018 tiveram variações entre 95% a 105% (95% a 105% em 2017).
- (b) Aplicação em fundos de investimentos realizados em bancos de primeira linha, com baixo grau de risco com uma remuneração anual média em torno de 100% do CDI.
- (c) Aplicação realizada em banco de primeira linha na modalidade de renda fixa e mensuradas pelo seu valor justo com remuneração anual média de 102% do CDI em 2018 e 2017.

## 8. CONTAS A RECEBER

### a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes nacionais	1.526	1.476	212.517	192.632
Clientes exterior	82	315	2.854	315
Ajuste a valor presente (*)	-	-	(5.116)	(5.256)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(48)	(16)	(58.182)	(7.288)
	<u>1.560</u>	<u>1.775</u>	<u>152.073</u>	<u>180.403</u>

(\*) Valor presente calculado com base na taxa cobrada pela Companhia de seus clientes.

### b) Composição do saldo das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	-	935	138.257	170.403
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	1.608	180	5.310	5.257
De 31 a 90 dias	-	-	7.526	-
De 91 a 180 dias	-	384	51.279	8.639
De 181 a 360 dias	-	91	5.224	2.290
Mais de 360 dias	-	201	7.775	6.358
	<u>1.608</u>	<u>1.791</u>	<u>215.371</u>	<u>192.947</u>

### c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(16)	(5.642)
Adições	-	(2.566)
Reversões por recuperação	-	820
Baixas por perdas efetivas	-	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(16)	(7.288)
Adições	(32)	(50.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(48)</u>	<u>(58.182)</u>

## 9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações realizados entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Contas a receber</u>				
Rio Araguay SRL	-	-	16.243	14.936
MBR Shopping	-	-	-	1.664
Minorgan Ind. e Com. Fertilizantes S.A. (a)	<u>41.858</u>	<u>10.668</u>	-	-
Total	<u>41.858</u>	<u>10.668</u>	<u>16.243</u>	<u>16.600</u>
Circulante	41.858	10.668	16.243	16.600
<u>Créditos com partes relacionadas</u>				
Bio Genesis Participações S.A (f)	54.907	46.314	54.907	46.314
Minorgan ind. e com. fertilizantes S.A. (a)	23.309	20.051	-	-
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho (b)	<u>5.055</u>	-	<u>5.055</u>	-
Total	<u>83.272</u>	<u>66.365</u>	<u>59.963</u>	<u>46.314</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	83.272	66.365	59.963	46.314
<u>Contas a pagar</u>				
Beatriz Gonçalves Ribeiro (c)	22.046	24.047	22.047	24.047
Minorgan ind. e com. fertilizantes S.A. (d)	1.319	1.487	-	-
Bio Green Planet Inc.	-	<u>61</u>	-	<u>61</u>
Total	<u>23.366</u>	<u>25.595</u>	<u>22.047</u>	<u>24.108</u>
Circulante	-	2.061	-	2.061
Não circulante	23.366	23.534	22.047	22.047
<u>Dividendos a pagar</u>				
Bio Genesis Participações S.A.	-	-	<u>1.497</u>	<u>1.497</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.497</u>	<u>1.497</u>
<u>Vendas brutas de produtos</u>				
Minorgan Ind. e Com. de Fertilizantes S.A.	18.472	11.667	-	-
MBR Shopping	-	-	1.314	2.985
Rio Araguay SRL	-	-	<u>20.063</u>	<u>17.693</u>
Total	<u>18.472</u>	<u>11.667</u>	<u>21.377</u>	<u>20.678</u>
<u>Compras de matéria prima</u>				
Bio Green Planet Inc.	-	<u>61</u>	-	<u>61</u>
Total	<u>-</u>	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>61</u>
<u>Despesas financeiras e administrativas</u>				
SB Participações e acionistas - pessoa física (e)	-	-	75	1.670
Green science technology Serviços e Participações Ltda.	-	<u>4.944</u>	-	<u>6.205</u>
Total	<u>-</u>	<u>4.944</u>	<u>75</u>	<u>7.875</u>

- (a) Refere-se a venda de produtos para a controlada Minorgan, as quais são realizadas à preços, prazos e condições pactuadas entre as partes e notas de débito a receber por despesas compartilhadas entre as Companhias.
- (b) Refere-se a contrato de mútuo cedido em 5 de maio de 2018, no montante principal de R\$5.055, e com vencimento em 5 de maio de 2023, atualizado pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
- (c) Contas a pagar referente à compra das ações da acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro em 2017, registrado ao valor justo. A obrigação será realizada mediante atingimento de metas de *performance* da Minorgan, atreladas ao volume de vendas a serem realizadas ao longo dos 5 anos subsequentes.
- (d) Em 2015, a SB Participações contraiu um mútuo junto a Minorgan no montante de R\$14.479. Em 1º de maio de 2015, a Superbac incorporou a dívida da SB Participações e, conseqüentemente, assumiu todas as obrigações. Este saldo será compensado com os dividendos futuros. O montante de R\$5.185 e R\$7.975 foram compensados nos exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.
- (e) A controlada Minorgan, contratou carta fiança com seus acionistas no montante de R\$75 em 2018 (R\$1.670 - 2017), concedida em garantia dos empréstimos captados com o BNDES. A remuneração, despesa financeira, sobre esta carta fiança é de 4% sobre o montante total das captações efetuadas.
- (f) Em março de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo com a Superbac no montante de R\$29.460 corrigido à taxa de CDI, para recompra de 2.015.395 ações ordinárias nominativas do acionista minoritário Amilar Venture Partners II, que na data representava 19,63% do capital social da Bio Gênesis. Em abril de 2017, a Bio Gênesis contratou um mútuo junto a Superbac no montante de R\$8.000, corrigido à taxa do CDI para adquirir 1.225.000 de ações ordinárias nominativas da Minorgan, a atualização registrada na rubrica de receitas financeiras totaliza R\$ 1.886, ao longo do exercício de 2018.

#### Remuneração da Administração

Em 2018, a remuneração total dos diretores estatutários da Companhia, incluindo todas as modalidades de remuneração, foi de R\$7.373 (R\$3.200 em 2017), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

## 10. INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos em controladas e coligadas apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bio-Green Planet Inc.	3.829	3.829	3.829	3.829
Theriot Capital Group Inc.	2.248	2.248	2.248	2.248
PPKPL	2.908	2.908	2.909	2.909
Minorgan Ind. e Com. Fertilizantes S.A.	<u>102.028</u>	<u>133.001</u>	-	-
Total	<u>111.013</u>	<u>141.985</u>	<u>8.985</u>	<u>8.985</u>

(a) As informações relevantes da controlada Minorgan são as seguintes:

<u>Informações relevantes</u>	<u>Controlada</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Participação total no capital	76,52%	76,52%
Patrimônio líquido	73.252	105.879
Mais valia de ativos e ágio (*)	60.075	60.075
Resultado do exercício	(27.796)	26.848
Equivalência patrimonial	(24.967)	25.295
Ativo circulante	312.691	256.894
Ativo não circulante	131.434	79.561
Passivo circulante	337.252	137.112
Passivo não circulante	28.789	93.464

(\*) Refere-se a 100% da mais valia de ativo imobilizado no montante de R\$6.591 e marcas no montante de R\$53.484, registrados no momento da aquisição da participação societária na controlada Minorgan em 2015.

(b) A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2017	133.001
Equivalência patrimonial	(24.967)
Ajuste	(5.171)
Outros	(835)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>102.028</u>

## 11. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria-prima	3.107	1.063	20.426	13.573
Produto semi-acabado	209	180	2.488	4.693
Material para embalagens	252	135	1.659	1.255
Produto acabado	11	265	11	676
Material de consumo	218	10	1.388	1.654
Estoques em poder de terceiros	-	115	-	115
Adiantamentos a fornecedores	-	-	8.880	10.163
Total	<u>3.797</u>	<u>1.768</u>	<u>34.852</u>	<u>32.129</u>

## 12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS	187	-	838	404
IRRF sobre aplicação financeira	3.047	2.388	3.142	2.418
PIS e COFINS	323	253	7801	2424
IRPJ e CSLL	1.221	383	12.526	383
Total	<u>4.778</u>	<u>3.024</u>	<u>24.307</u>	<u>5.629</u>

## 13. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Máquinas e equipamentos	866	866
Imóveis destinados a venda	<u>1.110</u>	<u>1.023</u>
	<u>1.976</u>	<u>1.889</u>

Os ativos descritos acima encontram-se disponíveis a venda. O valor justo, menos as despesas de venda do negócio, são superiores aos valores contábeis dos ativos relacionados. Não existem passivos associados aos ativos mantidos para venda. Dessa forma, nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida na reclassificação dos ativos e passivos como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2018.

## 14. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
		<u>2018</u>		<u>2017</u>		<u>2018</u>		<u>2017</u>	
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		-	-	-	-	3.051	-	3.051	3.051
Edifícios	4	-	-	-	-	5.171	(589)	4.581	4.686
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	4	950	(187)	762	71	950	(187)	762	71
Móveis e utensílios	10	482	(76)	407	329	1.278	(183)	1.095	905
Veículos	20	1.558	(416)	1.142	536	4.059	(1.581)	2.478	3.034
Equipamentos de informática	20	960	(316)	644	479	2.150	(692)	1.458	733
Máquinas e equipamentos	10	1.967	(212)	1.755	949	24.760	(3.014)	21.746	13.198
Ferramentas	10	-	-	-	-	89	(31)	58	-
Equipamentos de Comunicação	10	57	(11)	46	46	57	(11)	46	95
Instalações	10	400	(111)	289	312	1.472	(179)	1.293	570
( - ) Mais Valia de Ativo Imobilizado		-	(142)	142	(142)	6.591	(142)	6.449	-
Imobilizado em andamento		189	-	189	740	66.903	-	66.903	41.110
Outros		-	-	-	-	620	(614)	6	-
Intangível		-	-	-	-	438	(438)	-	-
Adiantamento a fornecedores (imobilizado)		-	-	-	-	-	-	-	5.974
<b>Total</b>		<u>6.563</u>	<u>(1.470)</u>	<u>5.093</u>	<u>3.319</u>	<u>117.588</u>	<u>(7.662)</u>	<u>109.926</u>	<u>73.426</u>

Resumo da movimentação do imobilizado

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	982	49.175
Adições	2.927	30.675
Baixa	(55)	(88)
Depreciação	<u>(535)</u>	<u>(6.336)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.319	73.426
Adições	3.305	53.129
Baixa	(739)	(12.141)
Depreciação	<u>(793)</u>	<u>(4.489)</u>
	<u>5.093</u>	<u>109.926</u>

Em 31 de dezembro de 2018, R\$4.111 em bens do ativo imobilizado tinham sido dados em garantia de financiamentos com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e a Debênture de segunda emissão, ambos na controlada Minorgan.

## 15. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Marcas (a)	-	-	53.484	53.484
Gastos com licenciamento de tecnologia	-	-	-	1.900
Ágio na aquisição de investimento	787	787	-	-
Software	1.471	226	1.471	258
Produtos em desenvolvimento (b)	-	1.330	-	1.598
Acordo de não competitividade (c)	2.007	2.597	2.007	2.597
Total	<u>4.265</u>	<u>4.153</u>	<u>56.962</u>	<u>60.624</u>

- (a) Referem-se à marca "Minorgan". Atualmente, a marca é utilizada pela controlada Minorgan, adquirida em 2015 pela controladora da Companhia. Essa marca tem vida útil indefinida.
- (b) Referem-se a gastos com o desenvolvimento de produtos biológicos em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e a LST-Live Systems Technology S.A.
- (c) Com a venda das ações do acionista minoritária da Minorgan, Beatriz Ribeiro, foi assinado um acordo de não competitividade por cinco anos pela remuneração adicional ao contrato de compra e venda das ações no montante de R\$3.000 (R\$2.007 líquido de amortização), o qual será amortizado ao longo do período de cinco anos.

<u>Resumo da movimentação do intangível</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.543	58.286
Aquisições	3.303	3.303
Amortização	(693)	(965)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.153	60.624
Adição	920	920
Baixas	-	(2.981)
Amortização	(808)	(808)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>4.265</u>	<u>57.755</u>

## 16. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais	2.954	598	35.772	30.458
Fornecedores estrangeiros	894	739	10.637	739
	<u>3.848</u>	<u>1.337</u>	<u>46.409</u>	<u>31.197</u>

## 17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de Juros	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Debenture (a)	10,44% a 11,72%	-	-	129.279	-
Capital de giro (b)	11,08% a 28,47%	-	-	48.727	107.806
Finame (c)	5,50% a 22,85%	-	-	2.672	3.991
Leasing	14,98%	742	-	903	-
BNDES (d)	7,00% a 9,89%	-	-	15.582	18.801
Empréstimos internacionais (e)	3,82% a 7,83%	-	-	17.205	5.980
Duplicatas descontadas	10,44% a 11,72%	-	-	-	4.533
Outros		-	321	237	553
<b>Total</b>		<b>742</b>	<b>321</b>	<b>214.605</b>	<b>141.664</b>
Circulante		742	210	185.816	68.140
Não circulante		-	111	28.789	73.524

## (a) Debênture

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade debênture têm encargos financeiros variados, o que depende do risco da Minorgan no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Minorgan realizou a 1º (primeira) Emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, com prazo de vencimento em 20 de maio de 2020 no valor total de R\$50.000, e remuneração de CDI + 5%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao fomento das atividades de fornecimento de fertilizantes e/ou defensivos agrícolas para produtores do agronegócio.

Em 15 de outubro de 2018, a Minorgan realizou a 2º (segunda) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e adicional real, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação, com prazo de vencimento em 15 de junho de 2023 no valor total de R\$100.000, e remuneração de CDI + 3,8%. Os recursos obtidos pela emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados a liquidação antecipada de instrumentos financeiros de capital de giro, bem como a gestão ordinária dos negócios da emissora.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Debêntures	19.454	61.103	18.374	18.374	11.974	129.279

## (b) Capital de giro

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras nas diversas modalidades de capital de giro possuem encargos financeiros variados, o que depende do risco da Companhia no momento da contratação, alinhado com o cenário econômico brasileiro. Tendo como objetivo suprir as necessidades do fluxo de caixa operacional da Companhia em virtude da sazonalidade do mercado de agronegócio.

A Companhia CCE (Cédula de Crédito à Exportação) no valor de R\$47.318, e CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R\$1.408. O prazo médio das amortizações dos contratos é de 10 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Total</u>
Capital de Giro	34.519	13.573	414	143	78	48.727

(c) FINAME

Os empréstimos obtidos por meio do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME possuem encargos financeiros equivalentes a taxas prefixadas e a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP somados a um "spread" fixo.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 19 meses, sendo os juros pagos mensalmente e demais condições conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
FINAME	901	907	586	278	2.672

(d) Projeto Inova Agro - BNDES

Os empréstimos obtidos junto ao BNDES com objetivo de (i) financiar o projeto para "Construção do centro de pesquisa em biotecnologia para o agronegócio e fazenda-modelo para testes de eficácia agrônômica" dos produtos desenvolvidos pela Companhia em sua fábrica em Mandaguari - PR, e (ii) a aquisição de máquinas e equipamentos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>Demais Anos</u>	<u>Total</u>
BNDES	2.594	2.557	2.557	7.874	15.582

(e) Empréstimos e Financiamentos Internacionais

Os empréstimos obtidos das instituições financeiras na modalidade de ACE, no valor de R\$4.240, têm por objetivo antecipar recursos por conta de exportação de mercadorias e suprir as necessidades de caixa vinculadas à operação da Companhia.

O empréstimo obtido das instituições financeiras na modalidade de Finimp, no valor de R\$12.965, tem por objetivo o financiamento das mercadorias adquiridas através de fornecedores internacionais, otimizando o fluxo de caixa operacional da Companhia.

O prazo médio de amortização dos contratos nessa modalidade é de 5 meses, sendo condições de amortização e juros conforme definidos nos contratos.

O cronograma de pagamentos das parcelas a vencer está demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e Financiamentos internacionais	17.205	17.205

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	415	90.934
Captações	419	116.601
Juros incorridos	120	14.057
Amortização principal	(539)	(63.488)
Pagamento de juros	(94)	(16.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	321	141.664
Captações	540	196.242
Juros incorridos	27	23.737
Amortização principal	(114)	(127.583)
Pagamento de juros	(32)	(19.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>742</u>	<u>214.605</u>

#### Garantias

As garantias fornecidas para os empréstimos e financiamentos são compostas de alienação fiduciária dos bens financiados, cessão fiduciária de recebíveis de duplicatas, hipotecas, notas promissórias e aplicações financeiras no montante de R\$45.716 (R\$57.453 em 2017).

#### Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de financiamento classificados como debentures (item (a)) estavam sujeitos a cláusulas restritivas ("covenants") financeiras.

A Minorgan obteve a autorização (waiver) para o não atendimento das obrigações contratuais constantes nas cláusulas de restrição financeira ("covenants") da primeira e da segunda emissão, conforme descritos acima, que foi concedido através de ata registrada em 21 de fevereiro de 2019.

### 18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	178	7.219
ICMS a pagar	84	98	699	351
IRRF a pagar	18	95	46	147
IOF a pagar	746	746	1.796	746
Outras obrigações tributárias	<u>2.369</u>	<u>249</u>	<u>2.576</u>	<u>352</u>
	<u>3.217</u>	<u>1.188</u>	<u>5.295</u>	<u>8.815</u>

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$259.617 (R\$259.617 em 2017), representado por (40.805.221) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas conforme segue:

<u>Acionistas</u>	2018		2017	
	<u>Ações</u>	<u>%</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Bio-Gênesis Participações S.A	19.284.334	47,26	19.284.334	47,26
Sommerville Investments B.V	14.881.554	36,47	14.881.554	36,47
Bio-Tec Participações S.A	2.196.319	5,38	2.260.526	5,54
Sb Participações S.A	971.146	2,38	971.146	2,38
Fourbac Participações S.A	930.900	2,28	930.900	2,28
Daniel Citron	503.140	1,23	503.140	1,23
Ações em tesouraria	486.849	1,19	919.353	2,25
André Jafferian	473.609	1,16	473.609	1,16
Fabício Gonçalves Drumond	331.947	0,81	-	-
Ajneto Participações Ltda	320.154	0,78	320.154	0,78
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho	319.801	0,78	155.037	0,38
Renato Ochman	105.468	0,26	105.468	0,26
Total	<u>40.805.221</u>	<u>100,00</u>	<u>40.805.221</u>	<u>100,00</u>

## b) Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% de seu lucro líquido anual para reserva legal, até que essa atinja 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

## c) Reserva de capital

Reserva de ágio na emissão de ações

Refere-se à constituição de reserva de capital decorrente de valores adicionais acima do valor patrimonial da ação, recebidos em aporte de capital reduzido de ágio na aquisição de ações da controlada Minorgan.

## d) Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, aos acionistas é assegurado a destinação de dividendos mínimos anuais em fator referencial de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2017 o lucro do exercício foi utilizado para compensação do prejuízo acumulado.

## e) Ações em tesouraria

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou a recompra de ações de certos acionistas no montante de R\$10.114 as quais irá manter em tesouraria.

## f) Transações entre acionistas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou transações com acionistas não controladores de sua controlada referente à compra de participações, cujo impacto acima do valor patrimonial foi registrado no patrimônio líquido da controladora no montante de R\$9.709.

## 20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas brutas de produtos no mercado nacional	26.684	16.213	358.802	265.568
Vendas brutas de produtos no exterior	-	512	22.895	18.205
Prestação de serviços	-	1.257	28	2.467
Ajuste a valor presente (receitas)	-	-	(15.640)	(10.426)
Impostos incidentes sobre vendas	(4.479)	(2.546)	(17.670)	(16.061)
Total	<u>22.205</u>	<u>15.436</u>	<u>348.415</u>	<u>259.553</u>

## 21. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS E DAS DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mercadorias	(6.975)	(4.818)	(212.244)	(142.871)
Despesa com pessoal	(18.994)	(9.649)	(46.127)	(21.232)
Despesa com serviços de terceiros	(13.366)	(8.918)	(29.710)	(17.887)
Despesa com comissão	(179)	(436)	(12.840)	(9.022)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(170)	-	(170)
Despesas com material de uso e consumo, energia elétrica, viagens e estadas	(506)	(3.700)	(4.914)	(10.269)
Despesa com veículos	(1.389)	(581)	(2.413)	(2.495)
Despesa com fretes	(449)	(178)	(8.531)	(12.172)
Depreciação e amortização	(1.601)	(1.023)	(5.297)	(2.518)
Despesa com manutenção	(2.565)	(460)	(12.511)	(4.530)
Resultado na venda de imobilizado	-	19	-	51
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(32)	-	(50.894)	(1.646)
Outras despesas	4.044	(2.759)	(9.709)	4.956
Stock Options	(6.294)	-	(6.294)	-
Total	<u>(48.202)</u>	<u>(32.673)</u>	<u>(401.464)</u>	<u>(219.805)</u>

## Classificados como:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(8.101)	(3.913)	(248.985)	(142.871)
Com vendas	(4.018)	(506)	(70.965)	(30.844)
Gerais e administrativas	(37.294)	(27.098)	(83.388)	(46.117)
Outras (despesas) receitas, líquidas	1.210	(871)	1.874	27
Total	<u>(48.202)</u>	<u>(32.673)</u>	<u>(401.464)</u>	<u>(219.805)</u>

## 22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicação financeira e juros	1.350	15.443	4.359	20.576
Ajuste a valor presente (receita financeira)	-	-	9.123	8.293
Outras receitas financeiras	31	8	1.417	42
Total	<u>1.381</u>	<u>15.451</u>	<u>14.899</u>	<u>28.911</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32)	(475)	(23.742)	(17.207)
Juros e Multas sobre atraso	(106)	(138)	(6.651)	(4.231)
Despesas Bancárias	-	-	(3.878)	-
Remuneração com fiadores (nota explicativa nº 10)	-	-	(75)	(1.670)
Ajuste a valor presente (despesa financeira)	-	-	(223)	(1.102)
Outras despesas financeiras	(974)	(1.356)	(4.802)	(1.697)
Total	<u>(1.112)</u>	<u>(1.969)</u>	<u>(39.280)</u>	<u>(25.907)</u>
<u>Variação cambial</u>				
Variação cambial ativa	120	104	4.348	104
Variação cambial passiva	<u>(325)</u>	<u>-</u>	<u>(4.482)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(205)</u>	<u>104</u>	<u>(134)</u>	<u>104</u>
Total do resultado financeiro	<u>65</u>	<u>13.586</u>	<u>(24.514)</u>	<u>3.108</u>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Diferidos

As diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativo</u>				
Provisão para comissões a pagar	-	-	5.816	4.085
Ajuste a valor presente	-	-	5.377	5.356
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	58.134	1.646
Provisão contábeis	-	-	4.394	-
Provisão para gratificações	-	-	-	3.217
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>73.721</u>	<u>14.304</u>
Base líquido dos impostos diferidos	-	-	73.721	14.304
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.065</u>	<u>4.863</u>

### b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

As apurações do imposto de renda e da contribuição social foram realizadas pelo lucro real em 2018 e 2017.

A seguir está apresentada a reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(50.899)	21.644	(77.563)	42.856
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	17.306	(7.359)	26.371	(14.571)
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos:				
Equivalência patrimonial	(8.489)	8.600	-	-
Despesa de opção de ações	(2.140)	-	(2.140)	-
Crédito de imposto de renda não constituído	(6.677)	-	(6.677)	-
Outros diferenças permanentes	-	(1.241)	277	(488)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	22.663	(14.570)
Correntes	-	-	(2.402)	(17.053)
Diferidos	-	-	20.233	2.483
Total	-	-	17.831	(14.570)

#### 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, contas a receber de clientes e fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Companhia executa operações financeiras exclusivamente para fins de proteção a exposição de variáveis financeiras, sendo a gestão destes instrumentos efetuados através de Políticas e controles internos.

Os saldos com partes relacionadas encontram-se reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota explicativa 3.4. Na data das demonstrações financeiras, o saldo desses ativos e passivos financeiros é classificado como segue:

	2018	2017
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	16.348	2.091
Aplicações financeiras	65.596	102.279
Contas a receber de clientes	152.073	180.403
Contas a receber e outros crédito de partes relacionadas	76.206	62.914
Total	310.223	347.687
Ao custo amortizado:		
Fornecedores	46.409	31.197
Cessão de fornecedores	10.046	-
Contas a pagar a partes relacionadas	22.047	24.108
Outros contas a pagar	11.461	3.942
Empréstimos e financiamentos	214.605	141.664
Total	304.568	200.911

Risco de crédito

A Companhia realiza a gestão do risco de crédito referente ao contas a receber através do contínuo acompanhamento dos vencimentos e prazos de financiamento das vendas, amparado por Política de Crédito e controles internos.

Quanto ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação e com remuneração em títulos de renda fixa de baixo risco.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos por meio de ferramentas internas de controle como Políticas, Comitês, nível de endividamento, definição de gastos e novas captações de recursos.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Risco da taxa de juros

<u>Instrumento de taxa variável</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa - nota explicativa nº 6	16.348	2.091
Aplicação financeira - nota explicativa nº 7	65.596	102.278
Crédito com Partes Relacionadas - nota explicativa nº 9	76.206	46.314
Empréstimos - nota explicativa nº 17	<u>(214.605)</u>	<u>(141.664)</u>
Total	<u>(56.455)</u>	<u>9.019</u>

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) da Companhia é remunerado pela CDI de 95% a 105%.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e seu impacto, as quais são unicamente denominadas em dólares norte-americanos (US\$).

A exposição cambial indexada ao dólar norte-americano (US\$) é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contas a receber de clientes:		
Contas a receber - partes relacionadas	<u>16.243</u>	<u>16.600</u>
Exposição líquida	<u>16.243</u>	<u>16.600</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras e passivos financeiros indexadas à variação da taxa CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava ativos financeiros no valor de R\$80.392 e passivos financeiros no montante de R\$235.613.

Análise de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

<u>Operação</u>	<u>2018</u>	<u>Cenário I Alta 50%</u>	<u>Cenário II Alta 25%</u>
Caixa e Aplicações Financeiras	81.944	2.472	1.236

Análise dos passivos financeiros

<u>Indexador</u>	<u>2018</u>	<u>Cenário I 50%</u>	<u>Cenário II 25%</u>
Pre/Selic/CDI	193.749	5.844	2.922
TJLP	3.651	119	60
Dólar	17.205	8.603	4.301
Total	<u>214.605</u>	<u>14.566</u>	<u>7.283</u>

Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm a finalidade de proteger a Companhia da exposição à moeda estrangeira. A Companhia não possui ou emite instrumentos de derivativos para fins especulativos.

<u>Operação</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Nocional (USD)</u>	<u>MtM</u>
NDF	BRL	USD	Banco Votorantim	2.108	(117)
NDF	BRL	USD	Banco Itaú	4.410	(121)
Total				6.518	(238)

25. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do exercício	<u>(47.202)</u>	<u>21.644</u>
Quantidade de ações	<u>40.805.221</u>	<u>40.805.221</u>
Prejuízo por ação (básico e diluído) - R\$	(1,16)	0,53

26. COMPROMISSOS

A Companhia não possui compromissos contratuais com fornecedores e instituições financeiras para os próximos anos, relacionados à administração, operação e manutenção para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

27. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía seguros para bens do ativo imobilizado e estoques cuja cobertura era no montante de R\$52.253 (R\$117.696 em 2017) e para responsabilidade civil de seus diretores estatutários, na modalidade "Directors & Officers - D&O", cujo valor de cobertura era no montante de R\$40.000 (R\$20.000 em 2017).

## 28. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía provisão para riscos de processos cíveis ou trabalhistas.

As ações trabalhistas classificadas como perda possível pelos assessores legais representam em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$8.108 (R\$9.950 em 2017), dentre as principais causas, causas de natureza trabalhistas, onde os reclamantes pleiteiam verbas adicionais, horas extras e demais encargos.

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019 sua razão social foi alterada para SuperBAC Biotechnoly Solutions S.A.

Em 21 de fevereiro de 2019, a companhia realizou a compra de 50% das cotas da empresa Sarup HE Participações Ltda, sociedade empresária limitada com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Em 28 de fevereiro de 2019, houve a venda da participação na empresa Bio Green Planet Inc. por US\$500.000.

Em 12 de março de 2019, a subsidiária Minorgan Industria e Comércio de Fertilizantes S.A. alterou sua razão social para Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A., através de ata registrada na Jucesp.

## 30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 25 de abril de 2019.

---